é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público – art. 17, *caput* da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 30, *caput* da Lei Complementar nº 057/2006, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que, nos termos dos arts. 17, I da Lei nº 8.625/93 e 37, II e 162 da LCE nº 057/2006, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público realizar inspeções e correções, como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar inspeções ordinárias nas Promotorias de Justiça em cumprimento ao calendário de inspeções/correções previstas para o corrente ano e, ainda, como forma da atuação de fiscalização e orientação deste Órgão Correcional, visando o bom andamento das atribuições legais e institucionais desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Pará;

RESOLVE:

I – DELEGAR, nos termos do art. 164, §§ 1º e 3º da Lei Complementar nº 057, de 06.07.2006, ao Promotor de Justiça de 3ª entrância, Exmo. Sr. Dr. **MARCELO BATISTA GONÇALVES**, funções específicas para, na qualidade de Assessor da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, realizar **Inspeção Ordinária** nos cargos de Promotor de Justiça dos Municípios de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Aveiro, no período de **06 a 14 de novembro de 2017**;

II – DESIGNAR o servidor efetivo deste Órgão Ministerial e lotado nesta Corregedoria-Geral, Sr. **FABRÍCIO JORGE ROSA DE VASCONCELOS**, para auxiliar nos trabalhos inerentes aos atos de inspeção.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em Belém, 17 de outubro de 2017.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará

Protocolo: 238556

EXTRATO DE PORTARIA Nº 01/2017MP/2ªPJR

O Representante do Ministério Público Estadual, DR. JOHN LUKE VILAS BOAS CARR em exercício da 2ª Promotoria de Justiça de Rondon do Pará/PA, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preparatório 01/2017-MP/2ªPJR que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça de Rondon do Pará, situada nesta cidade na Alameda Moreira 234, Centro, Rondon do Pará, CEP 68638-000.

PAP. Nº 01/2017-MP/2ªPJR.

REQUERENTE: OS TRABALHADORES PAULO BONFIM ARAUJO, GENILSON DE JESUS SANTOS, JOACY DIAS MOREIRA E OUTROS. REQUERIDO: FAZENDA IBÉRICA E SARGENTO GERALDO.

OBJETO: Apurar denúncia de retirada irregular dos requerentes de área de invasão, com uso de armas, por parte de grupo armado coordenado por policial militar.

Rondon do Pará/PA, 29 de agosto de 2017.

JOHN LUKE VILAS BOAS CARR – Promotor de Justiça em Exercício na 2ªPJ de Rondon do Pará/PA

Protocolo: 238252

PORTARIA N.º 031/2017-MP/CGMP

O **CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público – art. 17, *caput* da Lei nº 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, e art. 30, *caput* da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 17, I da Lei nº 8.625/1993 e 37, II e 162 da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público realizar inspeções e correções, como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar inspeções ordinárias nas Promotorias de Justiça em cumprimento ao calendário de inspeções/correções previstas para o corrente ano e, ainda, visando o bom andamento das atribuições legais e institucionais desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Pará; **RESOLVE:**

I – Tornar sem efeito a Portaria n.º 029/2017-MP/CGMP;

II – DELEGAR, nos termos do art. 4º do Provimento n.º 10/2012-MP/CGMP, de 21 de setembro de 2012, ao Exmo. Sr. Procurador de Justiça e 1º Subcorregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Dr. **MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR**, funções específicas para realizar inspeção ordinária nos cargos de Promotor de Justiça dos Municípios de Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Baião, no período de 06 a 10 de novembro de 2017;

III – DESIGNAR o servidor efetivo deste Órgão Ministerial e lotado nesta Corregedoria-Geral, Sr. **MARCO ANTONIO DA SILVA CASTRO**, para auxiliar nos trabalhos inerentes aos atos de inspeção.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Belém-PA, 16 de outubro de 2017.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará

Protocolo: 238594

ATO Nº 019/2017 – 1ªPJTFPAISFRJE

APROVAÇÃO DAS CONTAS

O 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL,

no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este **ATO, APROVA COM RECOMENDAÇÃO** as contas apresentadas pela **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA-ABRADESA**, referentes ao exercício financeiro de 2014, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este **ATO** publicado.

Belém, 05 de outubro de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações

de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial E Extrajudicial

RECOMENDAÇÃO Nº 019/2017-1ªPJTFPAISFRJE

Senhor Representante Legal,

Considerando os termos do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66;

Considerando, o que consta do Procedimento Administrativo de SIMP Nº 002321-110/2014 – Prestação de Contas do Ano Calendário 2013;

Resolve esta Promotoria, com fundamento no art. 27, item IV, inciso IV da Lei nº 8.625/93, “in verbis”:

“Art. 27 – Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

IV – por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública;

Parágrafo único – No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

IV – promover audiências públicas e emitir relatórios, anuais ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.” (grifo nosso).

RECOMENDAR:

Que nos próximos exercícios, a entidade segregue suas informações por área de atuação e, consequentemente pelos projetos, estabelecendo um centro de custo para cada projeto que a entidade executa;

Que doravante, a entidade em tela justifique a ausência das despesas com água e energia elétrica, as quais devem constar na Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, através de documentação, tais como: contratos com outras entidades que arquem com as referidas despesas ou notas explicativas;

Que a entidade registre na contabilidade, os bens imóveis, quer seja de sua propriedade ou quer seja de propriedades de terceiros, com autorização de usufruto através de termo de concessão.

Belém, 05 de outubro de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 238291

RECOMENDAÇÃO PJRP/PA Nº 01/2017

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio do Promotor de Justiça signatário, no exercício das atribuições que lhe são cometidas como titular da 1ª Promotoria de Registros Públicos, Resíduos e Casamentos de Belém, e com fundamento nos arts. 129, II e III, da CF/88 e art. 27, IV, c/c parágrafo único, IV, da Lei 8.625/93, e art. 55, IV, c/c parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), e nos termos da Res. CNMP nº 164 /2017,

CONSIDERANDO que a Constituição da República inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (Art. 129, II);

CONSIDERANDO que esta função, atribuída ao Ministério Público após aprofundados debates constituintes em razão das peculiaridades da nova configuração institucional, assemelha-se ao que no direito comparado se denomina função *ombudsman* ou de defensor do povo e conta com a recomendação, historicamente, como um de seus principais instrumentos;

CONSIDERANDO que a Lei 8.625/93 estabeleceu, em seu art. 27, parágrafo único, IV, caber ao Ministério Público dos Estados expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito e, por força da aplicação subsidiária do art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, tal como autorizado pelo art. 80 da Lei nº

8.625/93, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional do art. 129, II, a Lei nº 8.625/1993 estabelece caber ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito (art. 27, par. ún, IV);

CONSIDERANDO a acentuada utilidade da recomendação para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público, sendo importante instrumento de redução da litigiosidade, e de ampliação do acesso à justiça em sua visão contemporânea;

CONSIDERANDO a conveniência institucional de estimular a atuação resolutiva e proativa dos membros do Ministério Público para promoção da justiça;

CONSIDERANDO a recente promulgação da Lei nº 13.484, de 26 de setembro de 2017, cuja ementa assinala o escopo reformador do diploma legal, na medida em que “Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos”;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.484/17 deu nova redação ao art. 110 da Lei nº 6.015/73, a fim de excluir o caráter obrigatório da manifestação conclusiva do Ministério Público em todos os atos de retificação, anotação e/ou averbação nos registros públicos, revogando, assim, o sistema anteriormente instituído pela Lei 12.100, de 2009;

CONSIDERANDO que, com o advento da nova conformação redacional do art. 110 da Lei nº 6.015/73, nos termos estatuídos pela Lei nº 13.484, de 2017, o legislador excepcionou o tradicional Princípio da Rogação no direito registral, de modo a autorizar a retificação de ofício dos registros públicos pelos registradores; CONSIDERANDO que o afastamento da reserva de iniciativa do art. 110, associado à dispensa de intervenção obrigatória do Poder Judiciário ou do Ministério Público em todos os atos de retificação de registro, averbação e anotação tem o propósito iniludível de proporcionar maior eficiência e celeridade dos serviços registrais no atendimento dos anseios da população;

CONSIDERANDO que conforme o parágrafo único do art. 97 da Lei nº 6.015/73, com a redação dada pela Lei nº 13.484, de 2017, o oficial somente remeterá ao representante do Ministério Público os casos em que haja fundada suspeita de fraude, falsidade ou má-fé nas declarações ou na documentação apresentada para fins de averbação, e desde que o faça com a indicação, por escrito, dos motivos da suspeita;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.484, de 2017, acrescentou um § 5º ao art. 110, criando hipótese de isenção tributária das taxas remuneratórias de serviços públicos notariais e registrais, aplicável àqueles casos em que a retificação decorra de erro imputável ao oficial, por si ou por seus prepostos;

CONSIDERANDO finalmente que o legislador não subordinou a eficácia da Lei nº 13.484, de 2017 à observância de prazo de *vacatio legis*, fixando que o diploma entraria em vigor na data de sua publicação, isto é, dia 27/09/2017, consoante o art. 2º do diploma novel; Resolve, com fulcro no art. 55, IV, c/c parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, **RECOMENDAR aos oficiais titulares dos Cartórios de Registro civil de Pessoas Naturais da cidade de Belém** que:

a) Abstenham-se de enviar para o Ministério Público Estadual todos os procedimentos extrajudiciais de retificação de registro, averbação e anotação, os quais, de acordo com a nova redação do art. 110 da LRP, serão retificados de ofício ou a requerimento do interessado, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, ressalvada a hipótese em que o oficial suspeitar de fraude, falsidade ou má-fé nas declarações ou na documentação apresentada para fins de averbação e desde que o caso a ser submetido ao crivo do Órgão Ministerial esteja devidamente acompanhado da justificativa por escrito com a indicação dos motivos da suspeita;

Abstenham-se de cobrar emolumentos dos cidadãos a título de remuneração pelo serviço registral de retificação, averbação e/ou anotação nos casos em que a retificação decorra de erro imputável ao oficial, por si ou por seus prepostos.

Esclarece o Ministério Público Estadual que o não acatamento infundado do presente documento, ou a insuficiência dos fundamentos apresentados para não o acatar, total ou parcialmente, poderá ensejar a adoção das medidas judiciais e correionais cabíveis.

Com fundamento no art. 6º da LC 75/93, parte final do inciso XX, disposição que é extensível ao Ministério Público dos Estados por força do art. 80 da Lei nº 8.625/93, **f xa o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para responder se acatará ou não a presente recomendação**, informando as medidas adotadas.

Belém, 04 de outubro de 2017.

JOÃO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA-Promotor de Justiça

Titular da 1ª PJ de Registros Públicos de Belém

Protocolo: 238274